

Foto ANDES-SN

## Urgente

# ANDES cobra abertura de negociação com MEC

Em 04/05, diretores do ANDES-SN cobraram de representantes do Ministério da Educação (MEC) o estabelecimento imediato de agenda para tratar de assuntos de interesse da categoria docente.

Na oportunidade, os docentes solicitaram uma solução para a crise dos colégios de aplicação e do Cefet-MG, nos quais os professores substitutos estão trabalhando sem salário ou

com os salários ameaçados, já que a MP 525 não ajudou a resolver os problemas e acrescentou outros.

Os representantes do ANDES-SN também cobraram do Ministério a falta dos meios necessários para que os novos compromissos acadêmicos das IFES sejam desenvolvidos com qualidade perante as exigências sociais.

## Não deu na imprensa...

### Sinpro JF acusa PJF de mentir à População

### Consu da UFRJ aprova moção sobre Colégios de Aplicação

### Universidade Estadual da Bahia está em greve desde 26/04

Pág 2

Foto Daniel Goulart



Professor Álvaro Quelhas fala na manifestação no Calçada no dia 28/04. O dia foi de luta em todo o país. Confira as informações na página 7



Professores da Diretoria do ANDES, na audiência com MEC

### João XXIII

**CONSU/UFJF reafirma autonomia universitária, pág 4**

### Auxílio Transporte

**APESJF impetra Mandado de Segurança, pág. 4**

### Entrevista

**Professora Soraya Smaili fala sobre as Revoltas Árabes, pág. 5**

## Editorial

Enquanto o terrorismo continua sendo praticado, seja pela ação de grupos organizados, seja pela força de estados beligerantes, num flagrante desrespeito aos direitos humanos, os trabalhadores, a juventude e suas representações vêm se mobilizando, por todo o planeta, reivindicando o prevaecimento das liberdades democráticas e de condições de vida digna para toda a população. As lutas dos povos árabes permanecem sendo um exemplo de que os desafios que estão colocados para a classe trabalhadora se inscrevem no âmbito da participação política ativa, do diálogo firme e transparente e da possibilidade da construção de um projeto em comum. Portanto, rejeita as ações dominantes de utilização da violência para combater as contradições produzidas pela desigualdade social.

Entramos em maio assistindo a esse ensinamento, ou melhor, praticando esse processo. Isso porque maio é o mês dos trabalhadores, como símbolo de que é pela participação política ativa que formulamos nossas propostas, lutamos por ela e alcançamos nossas vitórias.

Antes mesmo de maio florescer, manifestações por todos os estados brasileiros foram realizadas não apenas para homenagear os trabalhadores brasileiros, mas para expressar suas reivindicações em torno da redução do preço dos alimentos, do aumento geral dos salários e da aposentadoria, da valorização dos serviços e dos servidores públicos, da rejeição à privatização dos serviços públicos, da reforma agrária, da moradia digna e do transporte público de qualidade. Essa pauta de reivindicações adquire um significado real frente à retirada de direitos dos trabalhadores, à inflação alta e aos cortes orçamentários.

implementados pelo governo federal no início do ano. Em relação ao serviço público federal, prosseguem a organização e a mobilização na direção da campanha salarial de 2011. Após o ato de 13 de abril, que levou cerca de 12 mil servidores públicos à Brasília, a audiência com a Ministra do MPOG abriu as negociações entre o governo e a Coordenação Nacional das Entidades do Serviço Público Federal (CNESF).

Como participantes ativos dessas lutas, o ANDES-SN e a APESJF estiveram presentes em todos esses eventos. Cabe ressaltar, ainda, que a participação do ANDES-SN no âmbito da CNESF não implicou limitação das ações do sindicato no que se refere à educação pública. Além de já ter protocolado a proposta de carreira dos docentes federais, o ANDES-SN esteve em audiência junto ao MEC, solicitando o pronto estabelecimento de negociações em torno de nossas proposições. As informações iniciais que temos a esse respeito demonstram que a luta será árdua. Mas nada que possa intimidar nossa vontade política. Isso porque é na luta que reivindicamos, é na luta que conquistamos, é na luta que comemoramos. Parabéns a todos trabalhadores e a todas trabalhadoras do Brasil.

A Diretoria

## Monopólio da informação

Em 31/03 de 1983, a respeitada revista semanal britânica New Scientist publicou em suas páginas uma grande descoberta: um cientista alemão denominado Dr. McDonalds tinha conseguido fundir células do boi e do tomate, criando uma carne que vinha com molho de tomate.

O Boimate não passava de mais uma peça que todo ano o periódico aplicava em seus leitores em homenagem ao dia da mentira. Ainda assim, na edição de 27 de abril do mesmo ano, a revista brasileira "Veja" repercutiu o assunto, marcando o episódio considerado a maior 'barriga' do jornalismo brasileiro de todos os tempos.

O caso é emblemático de como o fluxo de informações "jornalísticas" funciona no planeta. De acordo com o livro "Media and cultural studies: keywords" (2006), escrito por Meenakshi Gigi Durham e Douglas Kellner, disponível atualmente na internet, as quatro maiores agências de comunicação: Associated Press, United Press International, Reuters e Agence France Presse respondem por 80% da circulação de informações no mundo. São empresas privadas, algumas com capital misto, sediadas nos países capitalistas centrais e que dominam o mercado de comunicação de forma monopolista, servindo a interesses do grande capital.

Essas informações são vendidas a outras agências que as distribuem internamente dentro de seus países. Desse modo é comum vermos, nas bancas de jornais, notícias com as mesmas imagens, quase com o mesmo enfoque, em histórias contadas da mesma forma, construindo a opinião pública mundial a cerca de importantes temas, desencadeando crises, condenando governos, incitando o apoio à guerra, escamoteando interesses imperialistas e toda sorte de manipulação que possa servir aos interesses próprios à concentração de poder dos países que estão no centro do poder capitalista.

Essa lógica, apesar de estar sendo contraposta em casos isolados, se repete na internet. Dos quinze sites mais visitados no Brasil, por exemplo, apenas três, trabalham com notícias e todos esses reproduzem informações dessas agências.

O que resulta de toda essa concentração pode ser vista claramente na escolha das palavras utilizadas no noticiário, estabelecendo valores políticos quase que ocultos. No incidente em tal país, a palavra pode ser "revolução" ou "golpe de estado", "ocupação" ou "invasão", "guerrilha de resistência" ou "grupo terrorista". Quem decide tudo isso?

A sociedade já atenta para essa grave questão e dentro da internet, as brechas começam a ser formadas. Blogs que trabalham com o contraditório já contam com grande audiência. No entanto, a questão da apuração ainda é deficitária, já que mesmo que esses sites procurem analisar as notícias de outro foco, não contam com a busca primária, a coleta em foco dos fatos. Uma possível saída para isso reside dentro dos movimentos sociais, de base e de orientação popular que busquem os próprios meios de divulgação para que a versão alternativa possa ser veiculada em massa. Ainda aí a organização ainda é muito incipiente, carecendo de infraestrutura.

Outra brecha importante é a formação de empresas transnacionais alternativas como a ALBA TV, Telesur, a Radio Sur que contam com infraestrutura para a apuração das notícias e que provêm do Movimento Social Organizado dos Trabalhadores com o objetivo de difusão de informações que possam fazer a contradição com todo esse monopólio.

Cabe também à sociedade civil organizada contribuir com esse processo, dando visibilidade, credibilidade e audiência a esses novos meios. Buscá-los e divulgá-los.

## Expediente

Travessia é uma publicação mensal da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - APESJF/SSind.

**Rubens Luiz Rodrigues - Educação - Presidente**  
**Paulo César de Souza Ignácio - IFET/JF - Vice Presidente**  
**Paulo Roberto de Castro Villela - Engenharia - Secretário Geral**  
**Zuleyce Maria Lessa Pacheco - Enfermagem - 1ª Secretária**  
**Maria de Fátima G. M. Kalil Patrício C.A. João XXIII - 2ª Secretária**  
**Ana Livia de Souza Coimbra - Serviço Social - 1ª Tesoureira**  
**Marilene Schelgshorn dos Santos de Sansão - Inativo - 2ª Tesoureira**

Redação e diagramação: Daniel Goulart / e projeto gráfico: Luiz Felipe Falcão / Jornalista responsável: Daniel Goulart - Reg. 6083 DRT MG / Tiragem 1600 exemplares / Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900 Tel/Fax: (32) 3215-1286 / Homepage: apes.org.br E-mail: apesjf@acessa.com



# Encontro de movimentos sociais elabora carta aberta à população

O 3º Encontro dos Movimentos Sociais de Minas Gerais, realizado na Praça da Assembléia Legislativa em Belo Horizonte, entre os dias 30/04 e 02/05 elaborou uma carta à população de Minas Gerais. A companheira a íntegra:

“Minas precisa ser governada pelo seu povo. Hoje a gestão Anastasia governa para as grandes empresas transnacionais que atuam na mineração, no agronegócio, na energia e em outros setores, entregando nossos recursos naturais e criminalizando e reprimindo os movimentos organizados que lutam pela garantia dos direitos.

Mas os trabalhadores e as trabalhadoras não aceitam esse projeto e reagem com mobilizações populares, com a retomada das lutas e da articulação por um Projeto Popular para Minas Gerais. As amplas maiorias desse estado, as forças progressistas e democráticas não tardarão a realizar transformações

estruturais que democratizem o acesso à cultura, educação, saúde, terra e trabalho.

Nesse sentido, o 3º Encontro dos Movimentos Sociais demonstra a força dos movimentos sociais e o desejo de mudança. Mais de 2 mil participantes, de 100 organizações sindicais, estudantes e populares de todos os cantos de Minas, deram o exemplo da força da unidade para conquistar seus direitos, reivindicando:

- 1) Redução da jornada de trabalho, sem redução de salário.
- 2) Implantação do piso salarial estadual.
- 3) Educação infantil ampla e gratuita: creches públicas de qualidade para todas as crianças de 0 a 6 anos.
- 4) Reforma agrária popular: pela suspensão dos despejos, por um plano de desenvolvimento dos assentamentos rurais e o imediato assentamento das 3 mil famílias acampadas.
- 5) Redução das tarifas públicas de energia, gás, água e transporte público que encarecem o custo de vida das famílias de trabalhadores.
- 6) Política de moradia popular e contra os despejos arbitrários anunciados pela Prefeitura de Belo Horizonte.
- 7) Aplicação da política do meio-passe para todos estudantes.
- 8) Contra o atual modelo de mineração adotado pelo estado que favorece o lucro das empresas internacionais e gera grandes impactos ambientais e sociais.
- 9) Pelo fim da ROTAM e contra a política de segurança pública que criminaliza os pobres e a pobreza.
- 10) Responsabilizar as empresas pelos acidentes de trabalho.
- 11) Contra o uso de agrotóxico e pelo incentivo da produção de alimentos saudáveis.

# Não deu na imprensa...

## Sinpro JF alerta “Custódio Mental!”

Em plena campanha salarial, o Sinpro alerta em seu site que “o Prefeito Custódio de Matos joga com números para enganar servidores e população. A proposta da Administração Municipal é de apenas repor a inflação, mesmo assim em duas vezes.

Segundo o sindicato a Prefeitura está divulgando que propôs aos Sindicatos (Professores, Engenheiros, Médicos e Sinserpu) um reajuste salarial de 8,23%. “Isto é mentira!” - afirma a notícia- “Na verdade, o que a PJJ quer acordar é apenas a reposição da inflação pelo IPCA (5,89%), mesmo assim em duas vezes, com apenas 4,55% sendo pagos em maio.

Para o sinpro, o que a Administração Municipal está fazendo é colocar, no bojo, a reposição das perdas de 2009, que já foi conquistada pelos servidores na greve unificada do ano passado, e inclusive já foi aprovada na Câmara Municipal.

E o sindicato faz um alerta: “Não aceitaremos que Custódio tente manipular nosso reajuste. Nossa reivindicação é clara: reposição da inflação + 10% de ganho real. Isso é o mínimo que deve ser conquistado para atender a necessidade de valorização do funcionalismo municipal!”

## CONSU/UFRJ aprova moção contra minuta

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, aprovou, em sessão extraordinária, realizada em 28/4, uma moção na qual manifesta sua preocupação com a crise enfrentada pelo Colégio e Aplicação da Instituição, em face da Minuta divulgada pelo MEC e põe abaixo a autonomia das Universidades.

## Docentes da UNEB estão em greve

Os professores da Universidade Estadual da Bahia, em greve desde de 26/04, realizaram em 04/04, a Noite da Vigília, atividade que teve objetivo de demonstrar que os professores estão atentos aos movimentos do governo e da Rectoria da UNEB.

A Vigília foi aberta a toda comunidade e teve uma programação de 24 horas recheada de atividades políticas e culturais.

Os professores da UNEB entraram em greve, em defesa da Universidade do Estado da Bahia, patrimônio do povo baiano. Diferente do anunciado pelo Governo Wagner na mídia, a Educação na Bahia sofre com o descaso do governo: nas universidades estaduais faltam professores, salas de aula, funcionários e estrutura para o ensino, a pesquisa e a extensão.

O orçamento destinado é insuficiente e, apesar do Estado ser um dos mais ricos do país; os professores recebem os piores salários do Nordeste e não há políticas de assistência estudantil que garantam a permanência dos estudantes.

## Trabalhadores mobilizados na CSN

Embora tenha conseguido uma receita líquida de R\$ 14,5 bi ano passado, 32% superior a 2009, com 71% de aumento no lucro bruto, alcançando R\$ 6,8 bi em 2010, a CSN propõe um reajuste salarial de 5% aos seus operários, índice abaixo da inflação do período, que já está na casa dos 6,5%.

Proposta da empresa revolta os operários, que já ensaiaram uma paralisação de duas horas em 06/05

# Prestação de Contas

APES - ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ENSINO SUPERIOR J.FORA  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA UFJF S/N - MARTELOS - CEP 36101-000 - JUIZ DE FORA - MG  
TEL/FAX: (031) 3235-1286  
CNPJ: 20.429.536/0001-04 - INSCR. ESTADUAL IDENTO - CMC 82588-1  
REGISTRO LIVRO A-3 FOLHA 135 - Nº 457 EM 28/11/78 - CARTÓRIO LAURA FIGUEIREDO

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS DEZEMBRO/2010	
RECEITAS	117.264,83
FIXAS	112.362,35
Contr. Dos Sindicalizados	112.362,35
VARIÁVEIS	4.142,48
Mens Ch Apes	0,00
Patrimônio	94,56
Outras Receitas	3.647,92
Rendimentos Financeiros	0,00
Taxa de Administração	500,00
Aluguel	0,00
Descontos Obidos	0,00
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	0,00
Venda Bem Ativo Permanente	0,00
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	769,49
Bar Apes	0,00
Recuperação de Churrasco	400,00
Recuperação Bala	300,00
Recuperação Despesas	0,00
DESPESAS	82.829,59
RECURSOS HUMANOS	33.941,14
EMPREGADOS COM VÍNCULO	21.196,68
13º Salário	9.071,55
Anuênio	8587,4
Assistência Médica	22,50
Contribuição Sindical	0,00
Contribuição Sindical	0,00
Diárias	3.478,35
Férias	1.541,90
Gratificação	0,00
PAT	188,95
Pis s/ folha	0,00
Rescisões	5.660,96
Batidos	0,00
Uniformes e Equip.Segurança	285,73
Vale Transporte	0,00
ENCARGOS SOCIAIS	7.366,44
F.O.T.S.	1.388,21
I.N.S.S.	5.918,15
ASSESSORIAS	5.528,00
Contabil	5.388,00
Jurídica	2.160,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	0,00
Impostos e Taxas	0,00
Iptu	0,00
DESPESAS FINANCEIRAS	3.189,25
Bancário	5.192,55
Juros Passivos	3,60
INFRA-ESTRUTURA DA SEÇÃO SIND.	31.672,44
Alimentação	592,34
Aluguel	0,00
Batidos	14.897,00
Combustíveis e Lubrificantes	274,00
Condomínio	0,00
Conservação e Reparos	0,00
Contratatação	764,14
Despesas Passivas	1.457,00
Depreciações e Amortizações	7.722,30
Diárias	1.924,75
Estacionamento	96,40
Manutenção de Equipamentos	22,00
Material de Consumo	1.624,75
Material de Escritório	215,31
Material de limpeza	1.233,23
Outras	0,00
Publicação	0,00
Serv Prest. Pessoa Física	129,90
Serv Prest. Pessoa Jurídica	945,00
Suprimentos Informática	1.071,73
Telefone/Fax/Internet	119,20
Transporte	583,45
Xerox	0,00
COMUNICAÇÃO E IMPRENSA	0,00
Assinatura de Jornais e Revistas	0,00
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	1.455,39
CONGRESSOS/CONAN/CONEDS	0,00
Passagens	0,00
Outras	0,00
Diárias	0,00
Hotel	0,00
Ratelo	0,00
ENCONTROS	0,00
Diárias	0,00
Hotel	0,00
Passagens	0,00
REUNIÃO SETOR/PLENÁRIAS	0,00
Diárias	0,00
Hotel	0,00
Passagens	0,00
SEMINÁRIOS	1.455,39
Diárias	300,00
Passagens	1.155,39
SETOR IFES	0,00
Hotel	0,00
REPASSES	12.571,47
Andes SN	11.847,32
Andes Mobilização	250,25
Andes Solidariedade	473,90
Elição Andes	0,00
Fundo de Greve	0,00
REUNIÃO GT'S	0,00
Diárias	0,00
Passagens	0,00
SETOR FEDERAIS	0,00
Hotel	0,00
Passagens	0,00
RESULTADO DO MES	34.375,14

APES - ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ENSINO SUPERIOR J.FORA  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA UFJF S/N - MARTELOS - CEP 36101-000 - JUIZ DE FORA - MG  
TEL/FAX: (031) 3235-1286  
CNPJ: 20.429.536/0001-04 - INSCR. ESTADUAL IDENTO - CMC 82588-1  
REGISTRO LIVRO A-3 FOLHA 135 - Nº 457 EM 28/11/78 - CARTÓRIO LAURA FIGUEIREDO

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS NOVEMBRO/2010	
RECEITAS	65.188,63
FIXAS	59.858,75
Contr. Dos Sindicalizados	59.858,75
VARIÁVEIS	2.819,88
Mens Ch Apes	0,00
Patrimônio	0,00
Outras Receitas	462,26
Rendimentos Financeiros	0,00
Taxa de Administração	500,00
Aluguel	1.856,62
Descontos Obidos	0,00
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	0,00
Venda Bem Ativo Permanente	0,00
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	2.528,96
Bar Apes	0,00
Recuperação de Churrasco	0,00
Recuperação Bala	300,00
Recuperação Despesas	2.228,96
DESPESAS	44.727,60
RECURSOS HUMANOS	19.096,72
EMPREGADOS COM VÍNCULO	11.500,59
13º Salário	5.040,00
Anuênio	1.159,35
Assistência Médica	22,50
Contribuição Sindical	0,00
Contribuição Sindical	0,00
Diárias	3.478,35
Férias	1.541,90
Gratificação	0,00
PAT	188,95
Pis s/ folha	0,00
Rescisões	5.660,96
Batidos	0,00
Uniformes e Equip.Segurança	285,73
Vale Transporte	334,33
ENCARGOS SOCIAIS	3.216,11
F.O.T.S.	1.388,21
I.N.S.S.	1.827,76
ASSESSORIAS	3.844,00
Contabil	1.684,00
Jurídica	2.160,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	300,00
Impostos e Taxas	300,00
Iptu	0,00
DESPESAS FINANCEIRAS	982,88
Bancário	982,88
Juros Passivos	0,00
INFRA-ESTRUTURA DA SEÇÃO SIND.	10.418,64
Alimentação	672,34
Aluguel	0,00
Batidos	14.897,00
Combustíveis e Lubrificantes	274,00
Condomínio	0,00
Conservação e Reparos	0,00
Contratatação	251,00
Despesas Passivas	26,40
Depreciações e Amortizações	1.833,90
Diárias	375,64
Estacionamento	0,00
Manutenção de Equipamentos	0,00
Material de Consumo	1.624,75
Material de Escritório	855,00
Material de limpeza	2.711,00
Outras	7,37
Publicação	0,00
Serv Prest. Pessoa Física	254,00
Serv Prest. Pessoa Jurídica	945,00
Suprimentos Informática	889,83
Telefone/Fax/Internet	52,50
Transporte	1.300,43
Xerox	527,81
COMUNICAÇÃO E IMPRENSA	570,60
Assinatura de Jornais e Revistas	570,60
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	665,50
CONGRESSOS/CONAN/CONEDS	0,00
Passagens	0,00
Outras	0,00
Diárias	0,00
Hotel	0,00
Ratelo	0,00
ENCONTROS	0,00
Diárias	0,00
Hotel	0,00
Passagens	0,00
REUNIÃO SETOR/PLENÁRIAS	0,00
Diárias	0,00
Hotel	0,00
Passagens	0,00
SETOR IFES	665,50
Hotel	665,50
REPASSES	12.693,26
Andes SN	11.987,00
Andes Mobilização	247,50
Andes Solidariedade	458,76
Elição Andes	0,00
Fundo de Greve	0,00
REUNIÃO GT'S	0,00
Diárias	0,00
Passagens	0,00
SETOR FEDERAIS	0,00
Hotel	0,00
Passagens	0,00
RESULTADO DO MES	20.471,63

João XXIII

## CONSU reafirma defesa da autonomia universitária

O Conselho Universitário da UFJF, reunido em 29/04, rejeitou qualquer proposta que ameace a autonomia universitária, o que reforça a luta dos docentes nas questões que atualmente envolvem o Colégio de Aplicação João XXIII, como é o caso da minuta do MEC que pretende regulamentar os CAPs. O CONSU entendeu que tais questões devam ser solucionadas no âmbito da universidade.

A medida foi uma vitória do movimento docente, que, por meio da representação APESJF, denunciou o ataque à autonomia universitária advinda da possível aplicação da minuta.

Para isso, o sindicato informou aos Conselheiros sobre o conteúdo do Parecer da Assessoria Jurídica do ANDES que alerta para o flagrante desrespeito à autonomia universitária, bem como as incursões dos docentes junto ao

CONDICAP, à ANDIFES e ao MEC no sentido de apontar os problemas da ação governamental.

Outro informe importante, foi sobre a greve no CAP da UFRJ que foi decidida, dentre outros motivos, por conta da Minuta. Os representantes da APESJF também informaram sobre a reunião no Colégio João XXIII, que envolveu a diretoria da APES e professores da unidade e sobre o resultado da reunião da Congregação do Colégio em que os professores decidiram pela rejeição da Minuta.

Desde que a minuta foi divulgada, a APESJF está mobilizada e em contato com os docentes. A Assembleia, realizada em 06/04, discutiu e deliberou uma série de encaminhamentos relativos à questão da Minuta.

Dentre eles, a elaboração de uma Carta, já

entregue ao Reitor da UFJF, abordando os problemas existentes na Minuta, em especial sua inconstitucionalidade por ferir a autonomia universitária e a ameaça que gerava ao lugar que os Colégios de Aplicação ocupam no âmbito das IFES, tanto em termos da articulação ensino, pesquisa e extensão, quanto em termos do projeto de formação de professores para a educação pública. "Cabe ao Movimento Docente manter a mobilização e a ação propositiva em torno da defesa da autonomia da universidade, denunciando os efeitos nocivos de uma proposta que vai na contra mão dessa perspectiva. Isso porque o debate prossegue e é preciso que os representantes da UFJF no âmbito do CONDICAP e da ANDIFES expressem, de modo firme, nossas aspirações. Em suma, a luta continua", afirmou Rubens Rodrigues, Presidente da APESJF.

### Auxílio Transporte

## APESJF impetra mandado de Segurança para garantir direitos

Após a primeira Orientação Normativa do MPOG que tratou da questão do auxílio transporte, valor recebido por professores da UFJF que residem fora da cidade, a APESJF realizou reunião com a Reitoria no sentido de obter informações sobre o cadastramento desses docentes, ação exigida pela Orientação. Ao mesmo tempo em que conseguiu da administração uma dilatação do prazo para esse movimento, o sindicato resolveu, por meio de sua assessoria jurídica, impetrar um mandado de segurança na justiça no sentido de garantir o direito ao maior número possível de professores.

O próprio governo parece confuso sobre a questão já que a primeira orientação foi seguida de

mais três. De acordo com a análise da assessoria jurídica, colocada na íntegra em [www.apesjf.org.br](http://www.apesjf.org.br), os servidores vêm assistindo a uma verdadeira profusão de atos normativos editados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), no sentido de regulamentar o pagamento do auxílio-transporte. Na análise citada, é de se destacar que, com o propósito de conter o gasto público com o pagamento do auxílio transporte, "o MPOG veiculou, de forma sucessiva, normas de caráter claramente restritivo, que, regra geral, não encontram reflexo na legislação ordinária".

A assessoria jurídica do sindicato continua: "Os atropelos cometidos pela Administração no

tratamento da matéria ressoam inequívocos se considerarmos que, em um pequeno espaço de tempo (cerca de vinte dias), duas Orientações Normativas (ON) foram divulgadas sobre o tema: a ON nº 3, de 15/03 e a ON nº 4, de 04/04.

"Com relação, à primeira Orientação acima referida, prossegue a análise, muito se tratou e foi discutido no último mês, tendo a APESJF, inclusive, impetrado um Mandado de Segurança Coletivo, visando salvaguardar o direito dos professores prejudicados com as ilegalidades por ela ensejadas.

Já a ON nº 4/2011, por sua vez, reproduziu, quase que na sua integralidade, a norma que a precedera com poucas inovações.

## "O povo árabe"

Vice-presidente da Adunifesp-SP regional do ANDES-SN e diretora científica do Instituto da Cultura Árabe, a professora Soraya Smaili fala sobre a importante questão das r

1 - Sobre a questão das revoltas nos países árabes, existe uma tradição de luta nesses países. Qual seria esse perfil?

**Soraya** - Sim, o povo árabe tem longa trajetória de lutas

No Egito, há vários momentos no decorrer do século XX em que o povo foi às ruas

na sua história antiga e mesmo na história recente.

Nos últimos dois séculos, uma análise mais acurada do Mundo Árabe, mostra que diversas revoltas tiveram lugar. No Egito, há vários momentos no decorrer do século XX em que o povo foi às ruas, fez manifestações democráticas por seus direitos fundamentais.

Infelizmente houve uma distorção sobre os povos que habitam esses países. Isso se deve a uma visão que o Ocidente construiu em torno dos árabes, que foram vistos como seres atrasados e ignorantes ou não civilizados. Esta é visão criada pelo pensamento Orientalista originado no Ocidente e que buscou mistificar e discriminar os povos orientais, em especial os árabes, apresentando-os como um "não-povo". Essa construção do Ocidente, mais especificamente dos países hegemônicos da Europa e posteriormente os EUA, permitiu que houvesse a partilha do Mundo Árabe para o estabelecimento de

colônias, em seguida o estabelecimento de ditaduras longas e cruéis e, ao mesmo tempo, aliadas aos interesses desses países hegemônicos no controle da região e do petróleo e dos enormes recursos naturais existentes.

A desinformação o mesmo distorção em torno dos árabes se acentuou após os acontecimentos de 11 de setembro e muitas vezes as pessoas duvidam que possa haver manifestações democráticas e pacifistas nestes países.

De fato, o que estamos assistindo atualmente é um movimento legítimo por direitos e dignidade, iniciado após os longos períodos de ditaduras tiranas e cruéis, alimentada pelos interesses dos países hegemônicos e do Ocidente

2 - Quais os interesses imperialistas envolvidos nesta questão?

**Soraya** - As revoltas no Mundo Árabe de hoje devem ser vistas a partir de uma análise da ocupação e da colonização e da partilha do Mundo Árabe. Essa partilha se deu logo após a primeira guerra mundial, sendo que França e Inglaterra ficaram com as

A colonização deu lugar aos regimes dos ditadores aliados que ajudaram os países centrais no controle da região



# ...be tem uma longa trajetória de lutas”

Sind, diretora  
ra cultural e  
Árabe - ICArabe,  
ao TRAVESSIA  
revoltas árabes.

maiores fatias do Norte da  
África e Oriente Médio,  
criando países que não  
existiam no século XIX.  
Esses países, criados após  
esse tratado, foram  
colonizados por algumas  
décadas e a colonização deu  
lugar aos regimes dos  
ditadores aliados que  
ajudaram os países centrais  
no controle da região. Esse  
controle da região foi brutal  
por todo o século XX,  
permitindo a exploração das  
riquezas naturais e do  
Petróleo. Ao mesmo tempo  
houve um empobrecimento  
da população, diminuição  
do trabalho, exploração  
excessiva e enriquecimento  
ilícito de poucas famílias.

Aos longo de  
algumas décadas, os  
ditadores do Mundo Árabe  
trataram de controlar com  
mão de ferro, opressão e  
pobreza, a organização  
social que existia, impedindo  
e massacrando as  
possibilidades de  
desenvolvimento.

Em 2011, as  
populações destes países  
iniciaram este movimento,  
que a princípio foi  
espontâneo e seguiu se  
organizando. São as  
respostas aos muitos anos de  
opressão e retirada de  
direitos. O levante árabe que  
o mundo está assistindo  
neste momento é um  
movimento por direitos  
universais, pelo fim da  
opressão, pelo direito à  
manifestação, pelo direito ao  
trabalho e a dignidade. É um  
movimento popular e  
plenamente legítimo.

3 - Quais são as diferenças  
político ideológicas entre os  
países árabes em revolta?  
Sunitas, xiitas, laicos,  
teocratas...



Professora Soraya Smaili em recente evento do ANDES

**Soraya** - As diferenças são  
muitas pois o Mundo Árabe,  
composto por 23 países,  
atualmente é bastante  
diverso. Não são apenas as  
questões religiosas, há os  
sistemas de governo:  
presidencialismo  
monárquico e monarquias.

Os países do Norte  
da África têm os vários  
elementos regionais muito  
importantes, provenientes de  
influências dos povos do  
deserto ou das tribos, o que é  
mais complexo ainda do que  
as diferenças religiosas. Na  
Tunísia havia um presidente,  
mas que era um ditador, a  
religião tem menos  
influência naquela  
sociedade. O Egito tem uma  
tradição secular, uma  
comunidade intelectual e  
uma tradição de organização  
social que foi sendo  
destruída com as ditaduras  
de Sadat e Mubarak, mas  
que tinha raízes importantes  
e que estão voltando a  
florescer agora com as  
gerações mais novas, os  
jovens da Praça Tahrir que

são exemplo, os diferentes  
comitês populares. Ou seja,  
a religião não está no foco  
ou no centro dos  
acontecimentos. Por outro  
lado, em outros países do  
Oriente Médio há Estados  
teocráticos, como a Arábia  
Saudita que tem maioria  
sunita.

**Há uma  
mudança de  
paradigma. O  
Povo Árabe  
despertou nesta  
primavera e  
verificou que  
pode ser agente  
do seu próprio  
destino**

Mas o que está em  
jogo não é a religião e sim os  
interesses econômicos  
relacionados ao Petróleo e  
ao fato de que a Arábia

Saudita tem uma monarquia  
que é aliada e garante os  
interesses dos EUA na  
região. O Iêmen não é uma  
sociedade laica, mas o povo  
está em pleno levante e  
apesar de se falar pouco na  
mídia, o ditador de plantão  
está batendo em retirada.

É uma mudança  
substancial em um pequeno  
país, cuja população está  
fazendo manifestações  
incansáveis há vários meses.  
Acho que a resistência  
pacífica que este povo tem  
feito nas ruas de Sanaa, a  
capital, deveria ser melhor  
divulgada e apresentada.

4 - E como ficam os  
interesses das classes  
dominantes desses países?  
**Soraya** - Ficam como em  
qualquer lugar e momento  
da história onde as classes  
dominantes oprimiram e  
massacraram os menos  
favorecidos.

Os que  
enriqueceram ilicitamente,  
terão muitas dificuldades de  
sustentar suas fortunas

usurpadas da população e  
dos trabalhadores de seus  
países.

É uma vitória que a  
corrupção esteja sendo  
desvelada, que estejam  
sendo descobertos.

Os ditadores  
depostos, seus familiares e  
envolvidos, terão muitas  
dificuldades de continuar  
suas opulentas vidas. Há  
uma mudança de  
paradigma.

O Povo Árabe  
despertou nesta primavera e  
verificou que pode ser  
agente do seu próprio  
destino, que pode dar um  
basta à opressão e ao abuso  
de poder dos governantes  
ditadores. É um clamor por  
uma vida justa e digna e  
pelo direito elementar de  
existir e se expressar.

Isso tudo faz parte  
de um processo de revoltas  
que transformarão  
definitivamente o Mundo  
Árabe e terão reflexos  
importantes em todo o  
mundo.

# ANDES cobra retomada de negociações

Em 04/05, diretores do ANDES-SN cobraram de representantes do Ministério da Educação (MEC) o estabelecimento imediato de agenda para tratar de assuntos de interesse da categoria docente.

“Há debates que devem ser agendados, como é o caso do projeto de Carreira, mas há problemas estourando que precisam de solução imediata, como é o caso da crise dos Colégios de Aplicação e do CEFET Minas Gerais”, justificou a presidente do ANDES-SN, Marina Barbosa Pinto.

A presidente, o secretário-geral, Márcio Antônio de Oliveira, e o 1º vice-presidente, Luiz Henrique Schuch, se reuniram com o secretário de Educação Superior do MEC, Luiz Cláudio Costa, e com o chefe de gabinete do órgão, Leonardo Osvaldo Barchini Rosa, em 04/5

Inicialmente, a audiência deveria contar com a presença do ministro Fernando Haddad que, conforme seus assessores, foi

convocado às pressas para uma reunião na Casa Civil. Marina lembrou aos presentes que a Pauta de Reivindicações da categoria já foi protocolada desde o mês de março. “O documento envolve diversas questões, que vão desde salário até gestão de pessoal, incluindo nossa proposta de Projeto da Carreira. Por isso, é importante que seja discutido com o MEC, e não apenas com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG”, explicou.

O 1º vice-presidente acrescentou que o movimento docente escolheu o MEC como interlocutor privilegiado para discussão das questões pertinentes à universidade.

“É claro que existe uma diretriz de governo que delega ao MPOG às negociações com os servidores, mas acreditamos que um setor burocrático não consegue perceber as especificidades do meio acadêmico e investe contra a autonomia universitária”.



Diretores do ANDES em audiência com representantes do MEC

## Crise nos CAPs e Cefet-MG, MP 520 e projeto de carreira foram também pauta da reunião

A presidente do ANDES-SN cobrou uma solução para a crise dos colégios de aplicação e do Cefet-MG, nos quais os professores substitutos estão trabalhando sem salário ou com os salários ameaçados, afirmando que a MP 525 não ajudou a resolver os problemas e acrescentou outros.

O secretário justificou que a dificuldade decorre do fato de que os CAPs não são regulamentados e, por isso, não são cobertos pelo decreto que regulamenta o Banco de Professor Equivalente. Ele garante, entretanto, que o problema será resolvido em, no máximo, dez dias.

Segundo ele, a idéia é editar uma portaria específica, autorizando as contratações nessas instituições, conforme discutido pela comissão formada por representantes do CONDCAP, da Andifes e do próprio Ministério para solucionar a crise.

O secretário de

Educação Superior disse que, em função da falta de disponibilidade orçamentária neste ano, incluindo o corte de R\$ 50 bilhões, anunciado pela presidente Dilma logo após a posse, o prazo para discussão do projeto de carreira docente ficará mais ampliado. De acordo com ele, o governo já reconheceu que o seu projeto, apresentado no ano passado, mistura elementos de carreira com gestão de pessoal e, por isso, não assegurava a autonomia necessária às instituições. “O ministro já aquiesceu”, garantiu.

Luiz Cláudio disse também que já leu o projeto de Carreira de Professor Federal construído pelo ANDES-SN, entre outras contribuições recebidas pelo órgão. “Nós temos que construir aqui no MEC qual será a filosofia da carreira”, pontuou. Os representantes do ANDES-SN também cobraram do Ministério a falta dos meios necessários para que os novos

compromissos acadêmicos das IFES sejam desenvolvidos com qualidade perante as exigências sociais. Eles criticaram a falta de cargos docentes e as duas Medidas Provisórias recentes que afetam o conceito de contratação de docentes universitários (MP 525/11) e a natureza de gestão dos hospitais universitários (MP 520/10). A primeira permite a contratação de até 20% de professores substitutos para compor o quadro docente de cada faculdade que participe do projeto de expansão. “Os cursos do projeto de expansão poderão começar apenas com professores substitutos, o que compromete a qualidade, na medida em que não contempla a continuidade do projeto acadêmico”, criticou Marina.

Já a MP 520 transfere a gestão dos hospitais universitários para um empresa externa. “Esta MP acaba com a autonomia universitária”, acrescentou o 1º vice-presidente.

## Liberado envio de contribuições ao Caderno de Textos do CONAD

O ANDES-SN promove, de 14 a 17/07, em Maringá (PR), seu 56º Conad, com o objetivo de avaliar o Plano de Lutas dos docentes das instituições de ensino superior aprovado para o período e apreciar as contas do Sindicato. Sediado pela Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá – Sesduem, o evento terá como tema central “Autonomia universitária, trabalho docente e independência sindical”. As Seções sindicais e os sindicalizados interessados em enviar contribuições ao Caderno de Textos do 56º Conad têm prazo até o dia 02/06, por e-mail, à sede do ANDES-SN. Os textos que chegarem à sede do ANDES-SN de 03 a 30/06 irão compor o anexo ao Caderno de Textos, a ser publicado no dia 04/07.

Na pauta, os docentes irão debater os processos de luta que têm marcado diferentes setores da categoria. No âmbito das instituições

estaduais/municipais, o destaque é para a série de lutas em curso, com greves na Bahia e Ceará.

Em relação ao setor das federais, os docentes irão avaliar o processo de unificação dos servidores públicos dos mais diversos setores para a campanha 2011, além de discutir estratégias para avançar em conquistas específicas da categoria, especialmente a reestruturação da Carreira.

O desafio que o setor das IPES enfrenta é combinar a luta jurídica com a política, e desencadear o processo de formulação da pauta dos docentes deste setor para 2012.

No 30º Congresso, a plenária aprovou o estabelecimento do prazo de um ano para a realização de um balanço do processo de reorganização da classe trabalhadora no âmbito da central CSP Conlutas, além de apontar para a discussão pautada para este Conad.

Filie-se ao seu sindicato  
ligue 3215 1286



# APESJF participou do Dia Nacional de Luta

No dia 28/04, entidades representativas dos trabalhadores realizaram manifestações em todo o Brasil, protestando contra os cortes no orçamento que afetam educação e saúde, contra a volta da inflação, pela reforma agrária e contra a criminalização dos movimentos sociais. Em Juiz de Fora, o Dia Nacional de Luta teve a participação de várias entidades dos trabalhadores, que marcaram presença no Calçadão da rua Halfeld com bandeiras, panfletos, carro de som e discursos. A APESJF esteve presente, denunciando o corte de R\$ 3 bilhões do orçamento federal na área da educação.

Segundo informações da Conlutas, em 16 estados, cerca de 50 categorias entre Servidores Federais

(saúde/educação/IBGE/Tec Adm Univ/ Andes/Sinasef), estaduais (educação/saúde/Justiça), municipais, metalúrgicos, professores, rodoviários, construção civil, terceirizados, comerciários, metroviários, tomaram parte na mobilização.

Em alguns estados houve também a participação de outras centrais sindicais, além de setores importantes como o Movimento Mulheres em Luta, ANEL, MTST, MST, Via Campesina, MUST, Quilombo Raça e Classe, Movimento Passe Livre.

Foram cerca de 140 entidades que se envolveram de alguma forma nas atividades, com participação em paralisações, atos, panfletagens ou mesmo assinando convocatória para o dia de mobilização.

No total, participaram de atos ou passeatas cerca de 30 mil pessoas, mostrando um importante acúmulo de forças da classe trabalhadora no Brasil.



Foto Daniel Goulart

Em Juiz de Fora, o dia Nacional de Lutas foi marcado por manifestação no Calçadão da Rua Halfeld, com participação da APESJF e de vários sindicatos de trabalhadores



Fotos Daniel Goulart

O Samba do Trabalhador Docente com o professor Carlos Fernando Júnior e banda e a abertura da Exposição " Cotidiano do Trabalho " , coordenada pelo professor Eduardo Leão, marcaram, em 05/05, a homenagem da APESJF aos trabalhadores.



# Rio + 20 e desenvolvimento sustentável: onde estamos, para onde vamos?

Professor Bruno Milanez



Embora a discussão não tenha ainda chegado com grande profundidade ao Brasil, alguns governos e muitos movimentos sociais estão se preparando para a realização da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20); que ocorrerá no ano que vem para rediscutir a questão do tão almejado “Desenvolvimento Sustentável”. A proposta deste texto é avaliar como esse conceito vem evoluindo ao longo dos diferentes encontros, e debater alguns dos desafios que serão enfrentados para que as sociedades superem alguns dilemas ambientais.

Em 1972, ocorreu em Estocolmo a Convenção das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano. Apesar de essa conferência não utilizar especificamente o termo desenvolvimento sustentável, ela foi um marco internacional do início do debate desenvolvimento meio ambiente. A conferência ocorreu muito influenciada pelos resultados da publicação Limites do Crescimento que, ao constatarem a “finitude do mundo” defendiam uma mudança significativa nos padrões de produção e consumo das sociedades (em particular dos países do norte).

Essa postura “alarmista” foi consideravelmente apaziguada em 1987 por meio do texto “Nosso Futuro Comum” (ou Relatório Brundland) que consolidou o termo “Desenvolvimento Sustentável”. Adotando um tom mais conciliador, este documento argumentava que as aspirações de desenvolvimento dos países pobres eram legítimas, porém não seria possível realizá-las repetindo o caminho dos países industrializados. Dessa forma, o documento defendia que os pobres (e, por consequência, os ricos também) não precisavam abrir mão do crescimento econômico para evitar o colapso ambiental, apenas deviam buscar o “bom crescimento”, ou seja, o desenvolvimento sustentável. Uma das grandes inovações do Relatório Brundland foi propor a conciliação de questões, até então consideradas opostas, como crescimento econômico, proteção ambiental e equidade global; sua grande falha, porém, foi não explicar como esse “paraíso na terra” poderia ser alcançado.

Passados cinco anos, vários chefes de Estado vieram discutir essa questão na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Rio-92. Este encontro resultou na muito falada Agenda 21, que apresentaria uma série de princípios e estratégias que deveriam nortear as decisões dos países na busca da “sustentabilidade”. Em seguida à Conferência, houve grande mobilização social para a criação da Agenda 21 Brasileira; atualmente, o acompanhamento desse instrumento-chave de planejamento nacional encontra-se no Departamento de Cidadania e Responsabilidade Social, da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério do Meio Ambiente, logicamente sem influenciar as decisões que são tomadas no país.

Apesar das limitações da implantação da Agenda 21, foi considerado necessário manter o tema desenvolvimento meio ambiente na agenda de conferências internacionais. Dessa forma, em 2002, foi realizada em Johannesburgo a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. Este talvez tenha sido o encontro mais frustrante da breve história das conferências mundiais para meio ambiente, uma vez que o que se viu foi a incorporação da marca da “sustentabilidade” às práticas e estratégias tradicionais de “desenvolvimento”. As grandes corporações foram, talvez, os atores mais ativos desse encontro, fosse agindo independentemente, fosse por meio de associações como o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (associação de empresas que, no Brasil, é integrada pela Eletronuclear, Monsanto, EBX, Souza Cruz, entre outras). Muito influenciada pelo momento de “euforia globalista” que o mundo então passava, a Cúpula deixou a mensagem de que a intensificação do livre comércio seria a melhor estratégia para promover o crescimento dos países pobres e, assim, garantir que eles pudessem proteger seu meio ambiente.

A partir desse cenário de crescente deturpação e apropriação da idéia de um desenvolvimento que fosse mais “socialmente justo e ambientalmente sustentável”, aos poucos as atenções vão se voltando para o que pode ocorrer no Rio de Janeiro no que vem. Tendo as Mudanças Climáticas como principal preocupação e ainda digerindo a frustração da COP15 (2009) e os limitados avanços da COP16 (2010), os dois temas que irão ser tratados com mais ênfase na Rio + 20 serão as estratégias institucionais para o desenvolvimento sustentável e as possibilidades de uma economia verde.

Com relação às soluções institucionais, a conferência deverá focar, principalmente nos instrumentos de governança global. Tais instrumentos deverão incluir organizações, redes e arranjos formais e não formais dedicados à elaboração de políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável (ainda fragilmente definido).

Complementando esse ponto, o tema da economia verde parece amalgamar as principais conclusões de Johannesburgo com as preocupações com as mudanças climáticas. Como reunião preparatória para a Rio + 20, foi realizado em outubro de 2010 um encontro ad hoc de especialistas em Economia Verde para debater “o comércio e suas implicações para o desenvolvimento sustentável”. Este debate apresentou como conclusão que “o comércio é um instrumento crítico para o desenvolvimento sustentável”. Outro tema que muito provavelmente estará presente na reunião do Rio será a transferência de “tecnologias de baixo carbono” de países industrializados para países periféricos. Dessa forma, ao que tudo indica, veremos na Rio + 20 “mais do mesmo”.

Assim, passados quase quarenta anos de “desenvolvimento sustentável”, percebemos a perda de uma grande oportunidade das sociedades repensarem sua relação com os ecossistemas e com os recursos naturais. Os impactos desse processo já estão sendo percebidos por grupos específicos das gerações atuais (por exemplo, refugiados climáticos) e serão sentidos em maior intensidade pelas gerações futuras.